

Transcrição Just Talk #52 Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Olá. Começa agora mais um Just Talk, Podcast do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. 21 de setembro é o dia que se reconhece nacionalmente a luta da pessoa com deficiência. Essa data tem como objetivo conscientizar as pessoas e instituições sobre a importância da inclusão. Por aqui é Ana Luiza Villaschi e hoje, para falar sobre as ações de acessibilidade promovidas pelo TJES, convido a servidora da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do PJES, Renata de Souza Santos.

Seja bem vinda.

Renata: Obrigada pelo convite.

Ana Luiza: Renata, conta para a gente qual é a importância dessa data.

Renata: Essa data é muito importante. O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência é uma oportunidade de dar visibilidade às pessoas com deficiência, seus direitos e à sua luta por uma sociedade mais inclusiva e anticapacitista.

A gente precisa entender um pouco da história para entender o quanto a gente ainda precisa avançar e o que a gente também já avançou. As pessoas com deficiência tem uma história de exclusão social em razão das características que seus corpos apresentam, sejam visíveis ou não.

Quando olhamos para trás, a gente vê que na antiguidade, pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade por serem consideradas sem utilidade, incapazes de trabalhar, e dependendo da cultura, essas pessoas eram literalmente eliminadas ou internadas de em instituições de caridade para abrigo, alimentação e medicação.

Com o tempo as instituições foram se especializando no atendimento a essas pessoas, mas essa institucionalização também segregava as pessoas, porque a sociedade não as aceitavam. Depois a gente passou por uma fase de integração, em que as pessoas eram aceitas pela sociedade, mas elas precisavam se adaptar. Então a gente percebe que a exclusão, segregação e integração são fases de um processo a caminho da inclusão, e o foco que perpetuou essa exclusão se prende a incapacidade atribuída aos impedimentos trazidos nos corpos das pessoas com deficiência. E esse entendimento de atribuir a incapacidade ao impedimento que tem nesses corpos, contribuiu para a consolidação de várias barreiras, gerando a exclusão social de pessoas com deficiência. Isso também impactava na vida de familiares e cuidadores.

A gente percebe então que viver a margem contribuiu para a invisibilidade dessas pessoas, porque o vinha primeiro era sempre a deficiência, que veio a frente até mesmo da dignidade da pessoa. Foi só com o advento dos Direitos Humanos que foi reconhecida a dignidade da pessoa humana com deficiência, dando-lhe autonomia, independência e inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas.

Agora a gente está vivendo um momento de inclusão, buscamos a inclusão. Momento em que a gente deve reconhecer as diferenças, a deficiência como uma característica da diversidade humana e a gente ainda deve proporcionar igualdade de oportunidades para que essas pessoas com deficiência tenham uma vida digna também. Então, é preciso lançar um outro

olhar sobre essas pessoas, reconhecendo suas capacidades, seus direitos e a dignidade delas como pessoa humana.

O convite hoje é a gente repensar e reavaliar nossas atitudes, nossas práticas, inclusive no trabalho. É tempo de reconhecer e reafirmar a acessibilidade e todas as ferramentas necessárias para inclusão das pessoas com deficiência, para que elas possam viver plenamente, independente das características que ela tenha.

Lembrando que a acessibilidade é um direito, que vai garantir às pessoas com deficiência ter acesso a todos os outros direitos, inclusive o acesso a justiça, o qual a gente está inserido e aquilo que a gente promove.

No Brasil a gente tem uma legislação vasta acerca dos direitos da pessoa com deficiência para sua inclusão social, mas a gente pouco avançou na implementação dessa legislação. E uma vez que avançamos nessas reflexões, como a que a gente está trazendo hoje, a gente evita qualquer possibilidade de retrocesso nos direitos que já foram conquistados, e que a gente vai poder avançar para uma sociedade mais justa e solidária.

Ana Luiza: Qual é a função da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário capixaba?

Renata: A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão foi instituída no âmbito do Poder Judiciário do ES, seguindo inicialmente a recomendação 27 do CNJ de 2010 e posteriormente a resolução CNJ 230 de 2016. A comissão então, à luz destas normas, e agora da resolução 401 de 2021, tem a função de propor, orientar e acompanhar as ações para implementação da acessibilidade nos imóveis, nos procedimentos dos processos judiciais no administrativo, nos atendimentos, nas comunicações, nos sistemas, no site etc, a fim de eliminar quaisquer formas de discriminação e também para remover as barreiras de qualquer natureza que dificultam o acesso por pessoas com deficiência com autonomia e segurança, tanto às nossas instalações quanto aos serviços que o TJ oferece.

A atuação da comissão é mais estratégica, auxiliando as áreas e as pessoas no planejamento e na definição de ações que contribuam de fato para inclusão de fato das pessoas com deficiência, sejam elas pertencentes ao quadro funcional do Tribunal, ou aquelas que buscam e acessam o tribunal.

Resumindo, considero que a função da comissão no geral é de conduzir o judiciário à prestação de serviço de forma mais acessível a todas pessoas, pensando as estratégias necessárias para remover as barreiras existentes e eliminar a discriminação.

Ana Luiza: E nesse processo de um judiciário mais acessível, quais foram os maiores avanços de inclusão e acessibilidade no TJES?

Renata: Pessoalmente, pelo tempo que participo da comissão e pelos desafios já enfrentados, considero a instituição da política de acessibilidade do tribunal e a inclusão da acessibilidade na estratégia do Tj como um objetivo a ser alcançado, como os maiores avanços para a promoção da acessibilidade e inclusão no judiciário estadual capixaba. Essas duas medidas

institucionalizam a acessibilidade de forma que todas as nossas ações devem ser norteadas pela acessibilidade, para inclusão de todas as pessoas.

Então se espera que todas as nossas práticas, desde o desenvolvimento de uma ideia e elaboração de projetos, tudo seja pensado para que os serviços sejam usufruídos por todas as pessoas, sem precisar de futuras adoções.

Além disso, destaco algumas ações, como capacitações, as capacitações acerca do direito das pessoas com deficiência, que foram realizados com gestores da parte administrativa, a capacitação técnica dos servidores da engenharia, inclusive tem uma grande ação sendo finalizada, que é a vistoria de todos os nossos imóveis, a fim de identificar as condições de acesso deles. E uma vez realizado esse diagnóstico, o Tribunal vai ter condições de definir as medidas de curto, médio e longo prazo. Essas medidas são para tornar nossos imóveis acessíveis, inclusive às pessoas com deficiência.

Outras ações são audiência pública, que foi realizada nesse ano para recebermos as demandas das pessoas com deficiência, ouvir os desafios enfrentados por essas pessoas em acessar o judiciário, ouvir sugestões de melhorias no atendimento e também o que tem sido desenvolvido pela comunicação, como o uso de descrição de imagens, linguagem simples nas plataformas digitais.

Outra medida de grande destaque é a regulamentação de pagamento do tradutor interprete de libras em qualquer situação. Antes tinha previsão só quando a pessoa surda era parte dentro da justiça gratuita, e agora em qualquer situação em que ela seja parte, o juiz pode nomear um interprete de libras.

É importante ressaltar que todas essas ações de acessibilidade e todas as outras que estão sendo devolvidas pelo TJES, são resultado dos esforços de várias pessoas e vários setores, porque a acessibilidade acontece no coletivo, é o resultado dos esforços de muitas mãos.

Ana Luiza: Renata, e no que o Judiciário ainda pode avançar em relação à inclusão das pessoas com deficiência?

Renata: Temos inúmeras possibilidades para avançar com as pessoas com deficiência no judiciário, e todos nós podemos e devemos participar desse processo.

Antes quando se falava em acessibilidade, as pessoas automaticamente pesavam em rampa e elevador, mas a acessibilidade é muito mais do que isso, então como cada um pode contribuir para que o judiciário avance no processo de inclusão? É fato que as áreas técnicas contribuem e devem contribuir ainda mais com a acessibilidade arquitetônica, com rampas, sinalização tátil visual, avisos sonoros, rampas acessíveis, banheiros adaptados, elevador etc.

Podem contribuir também com a acessibilidade tecnológica, disponibilizando sites e sistemas que são acessados por meio de leitor de tela, telado, com uso de contraste e aumento da fonte. Além da acessibilidade comunicacional, com uso de linguagem simples, linguagem inclusiva, o uso de libras e transcrição dos áudios.

Ainda podemos contribuir com a acessibilidade atitudinal, e eu considero que essa seja até a mais importante, porque para ter uma atitude acessível pressupõe que reconheçamos que somos diferentes, que interagimos com o mundo e com outro de formas diferentes e que diante dessas diversidades buscamos soluções respeitosas, acolhedoras e humanas. Falo isso porque culturalmente as pessoas têm dificuldades de lidar com pessoas com deficiência, e não é de se estranhar, porque muitas das vezes essas pessoas não convivem ou nunca conviveram com pessoas com deficiência, e isso porque não havia acessibilidade nos lugares, nem nas comunicações, não se sabia falar em libras etc.

Então precisamos capacitar cada vez mais as pessoas, principalmente no judiciário, que acolhe uma diversidade de pessoas. E nós precisamos conviver mais com pessoas com deficiência, e precisamos saber nos comunicar, oferecer espaços acessíveis, oferecer as condições adequadas para que as pessoas com deficiência possam acessar o judiciário com igualdade de oportunidades. Então, a reflexão de hoje, deve nos levar a ação da construção de um judiciário mais acessível, com a contribuição de todos.

Ana Luiza: Muito obrigada! Com certeza sua participação trouxe a reflexão de como é importante trabalharmos juntos para que todas as pessoas tenham seus direitos assegurados. E você que esta de casa, fique a vontade para mandar sua sugestão de tema para os próximos episódios, através do @tjesoficial. Até mais.